

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS COM A REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL OZIEL ALVES PEREIRA, ASSENTAMENTO RENASCE R CANGUÇU/RS.

Jéssica Moara da Cunha Tessmann-UFPel
Jessica_tessmann@hotmail.com
 DAL MOLIN, Adriana Dal Molin-UFPel
adrianadalmolin@hotmail.com
 André Quandt Klug – UFPel
andreqklug@gmail.com
 Liz Cristiane Dias – UFPel
liz.dias@yahoo.com.br
 Universidade Federal de Pelotas

Eixo temático: 4. ‘Organização do trabalho pedagógico’ nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência).

Resumo:O presente artigo versa sobre um projeto de pesquisa em educação do campo, que esta sendo realizado em parceria com o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais e Ensino em Geografia – LEUR, vinculado ao departamento acadêmico do curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Esse projeto está em fase inicial, sendo assim, tem como objetivo central propor reflexões acerca dos movimentos sociais, questão agrária no Brasil bem como a caracterização do MST, e da educação do campo. A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, localizada no Assentamento Renascer, município de Canguçu/RS.

Palavras Chaves: Questão Agrária. Movimentos Sociais. MST. Educação do campo.

Introdução

A problemática em torno da educação do campo, esta diretamente relacionada aos sujeitos que se inserem neste processo, especialmente no caso Brasil, em que, historicamente, verifica-se um descaso para com os problemas a serem enfrentados. Este trabalho busca evidenciar essa questão, a partir do estudo de caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira.

Para compreender as contradições pertinentes a esta temática, se faz necessário conhecer a historicidade desse fenômeno no cenário rural brasileiro, bem como a atuação dos movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vem atuando no intuito de promover a distribuição da terra, a transformação social e o acesso à educação de qualidade.

No âmbito da proposta pedagógica que o MST busca dar continuidade as lutas, não somente pela conquista da terra, mas também pelo acesso aos direitos enquanto cidadão

brasileiro. É neste cenário de lutas e conquistas que emergem as políticas públicas para atender as demandas sociais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Do Campo.

Diante dos avanços nos diálogos, entre representantes políticos e sociedade, proponho uma reflexão acerca das conquistas e suas respectivas efetivações na prática e no cotidiano das escolas do campo, em especial o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira, localizada no Assentamento Renascer no município de Canguçu/RS.

Metodologia

Com o objetivo de verificar os questionamentos da pesquisa, anteriormente, descrita, pretendo desenvolver a metodologia da pesquisa participante numa abordagem qualitativa. O termo qualitativo “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2006 p.28). Essa abordagem em educação vem se estruturando nos últimos anos com o intuito de buscar captar aspectos da realidade social que na maioria das vezes não são passíveis de serem apreendidos pelas formas tradicionais de pesquisa (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

A pesquisa-participante numa concepção da Educação Popular de Paulo Freire (1978) tem como princípio a relação dialógica entre educador educando, é uma atividade de estudo e do conhecimento da realidade. Daí a importância de estudar a situação dada e os sujeitos que a vivem enquanto participam do seu processo de construção, para se perceber que um não existe sem o outro, pois as suas contradições geram a sua unidade.

Esse trabalho caracteriza-se, ainda, por ser um estudo de caso, “[...] o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo”, na qual será utilizado “[...] a coleta e registro dos dados de um caso particular a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência” (CHIZZOTTI, 1995, p.102).

Os procedimentos metodológicos utilizados para este trabalho foram inicialmente a revisão teórica sobre a temática abordada, a entrevista semi-estruturada com questões norteadoras, observação in loco, e análise documental. Para melhor interpretar as entrevistas e o trabalho de observação será utilizada a análise de conteúdo, que possibilita compreender as argumentações dos professores, da equipe diretiva da escola e do trabalho de observação. Segundo Bardin, a análise de conteúdo pode ser definida como:

(...) um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativo às condições de produção/recepção destas mensagens (apud MINAYO, 1998, p. 199).

Após a interpretação e análise dos dados, esses forneceram elementos para elaborar o resultado e a discussão da pesquisa do trabalho, e, paralelamente as considerações finais.

A questão agrária

O Brasil vem sendo historicamente palco de intensas disputas e discussões que dizem respeito à distribuição de terras e reforma agrária, (Stédile 1994) onde se percebe, portanto, o quanto tais questões estão envolvidas no processo de desigualdade econômica vivenciada no país visto que as causas primeiras deste problema localizam-se nos primórdios do processo de colonização, onde se verifica segundo Stédile (1994) que a distribuição desigual das terras, começa já pelas Capitanias Hereditárias, bem como posteriormente, pelas Sesmarias, Vindo a ser agravado pela Lei de Terras de 1850, que previa que a partir daquela data a aquisição de Terras dar-se-ia somente através da compra das mesmas, limitando desta forma o acesso às terras por parte dos escravos recém-libertos das fazendas em nosso país.

É importante ainda percebermos que este processo de concentração fundiária, não parou por aí sendo reafirmado ainda na Constituição de 1946, que vigorou até 1967, onde se definia que o máximo de terras que podiam ser adquiridos por um único proprietário era de 10.000 hectares em área, no entanto esta lei estava subjugada as decisões do Senado Federal, que no ano de 1967 aprovou a venda de 1 milhão de hectares de terras do estado do Mato Grosso a apenas cinco proprietários (Stédile 1994), reafirmando o processo de concentração fundiária no Brasil.

Com isso verifica-se claramente que a questão agrária é de vital importância para que juntamente com ela entendam-se os processos a que a população que esta envolvida neste contexto vem sendo exposta em sua intensa luta pela distribuição igualitária de terras, bem como na manutenção das pequenas propriedades já existentes, visto que são estas pequenas propriedades que sofrem maior pressão por parte dos grandes latifundiários, conforme explica Martins.

De fato, a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos, legítimo ato de reforma agrária. Apenas quem não conhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior

alcance. A sofrida e sangrenta resistência dos posseiros à sua expulsão violenta da terra para beneficiar grileiros e latifundiários e viabilizar a política de consolidação da aliança da terra com o capital, fator de esvaziamento da reforma, impôs ao Estado brasileiro nos anos mais difíceis e repressivos da ditadura a necessidade de atenuar e redefinir parcialmente o seu projeto fundiário nacionais de desenvolvimento que a têm como um dado secundário. (MARTINS, 2000 p.107).

Assim percebe-se que as questões que envolvem o campo e a posse das terras estão sempre em um processo contínuo e tenso de contradições e interesses, que muitas vezes acabam entravando políticas públicas que visem amenizar a situação precária e desumana vivenciada pela população inserida nesta luta. “Portanto, até mesmo a grave anomalia de uma massa de miseráveis vivendo em condições sub-humanas não compromete o desenvolvimento capitalista. A exclusão se tornou parte integrante da reprodução do capital, mas se tornou ao mesmo tempo uma anormalidade social.” (MARTINS, 1998, p.107).

Assim quando se fala em reforma agrária, não se espera somente uma redistribuição de terras, mas sim a efetiva oportunidade oferecida a esta população de que desfrute de uma melhoria na qualidade de vida, bem como tenha assegurados os seus direitos enquanto cidadãos, no caso específico do Brasil pode-se observar ainda a importância não somente social, mas também do ponto de vista econômico na promoção da reforma agrária, onde a partir do desenvolvimento da agricultura familiar possa haver um processo de fortalecimento econômico.

Percebe-se claramente a importância da Reforma Agrária no país , bem como a importância dos diversos movimentos sociais engajados nesta luta, como o MST, que contribuem significativamente para a permanência de jovens e adultos no campo.

Assim sendo percebe-se que ao longo da história do país sempre houveram políticas voltadas ao favorecimento dos grandes proprietários rurais, contribuindo para a concentração fundiária, no entanto hoje esta situação começa a mudar visto que se percebe que a pequena propriedade, bem como a produção familiar, são caminhos mais seguros para o desenvolvimento concreto do país, bem como para a inserção social desta parcela da população, que ainda vive em condições desumanas no que se refere ao acesso à moradia, educação, saúde, enfim, cabe salientar ainda que esta explanação a cerca da situação fundiária no país é de uma forma geral superficial, visto que não é objetivo deste trabalho aprofundarmos tal questão, mas sim interarmos a ela os complexos processos que envolvem a população do campo que dia a dia vivencia estas lutas e conflitos.

Movimentos sociais

Maria da Glória Gohn (2007, p. 13), conceitua movimentos sociais como “[...] ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Através de diferentes formas estes grupos engenham suas ações e na atualidade contam com os meios técnicos informacionais que contribuem para o fortalecimento dos movimentos.

Na prática as ações visam à conscientização social, político e cultural em prol do coletivo. E é esta característica que produz a identidade a partir de interesses em comum. Para Gohn (2007),

os movimentos sociais progressistas atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. (GOHN, 2007 p. 15).

Em termos de Brasil, assim como em outros países latinos as décadas de 70 e 80 foram marcadas por movimentos sociais em respostas aos regimes ditatoriais. Estes movimentos germinaram a conquista de muitos direitos que estão inseridos no texto da Constituição brasileira de 1998 (GOHN, 2007).

Em um breve resgate histórico percebe-se que a sociedade brasileira vivenciou, a partir de 1990, vários movimentos sociais, como por exemplo, a organização feita por estudantes que culminou com o impeachment do então presidente da república. De acordo com Gohn (2007) no início deste novo século, os movimentos sociais no Brasil, engendram-se a partir de demandas específicas, a saber, as lutas pelas condições de moradia no meio urbano; oportunidade de participação político-administrativo; mobilizações de afronta ao desemprego; movimentos de apoio a causas sociais como moradores de rua portadores de necessidades especiais; articulações entre os movimentos pela conquista de terra, infraestrutura nos assentamentos; organizações em prol da cultura de diferentes grupos sociais; e o enfrentamento das políticas neoliberais e seus efeitos.

De acordo com Fernandes & Molina (2004), as lutas pela terra e pela reforma agrária promoveram mudanças importantes no cenário rural brasileiro nos últimos vinte anos. A paisagem foi transformada a partir de uma maneira própria de ação e reflexão. Grandes

propriedades transformam-se em assentamentos e assim as famílias sem-terra produzem o seu próprio espaço geográfico.

Os movimentos sociais produzem diferentes espaços políticos e territoriais, ribeirinhos, pequenos agricultores, atingidos por barragens, os povos da floresta, quilombolas, lutam pela terra, para manter a cultura, pela preservação e, desta forma, manter o território. “Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra.” (FERNANDES; MOLINA, 2004).

E neste contexto de produção e reprodução de diferentes espaços que os grupos sociais precisam ser fortalecidos por projetos políticos que dialoguem com a realidade social, econômica, ambiental e cultural na qual estão inseridos. É nessa perspectiva que a educação assume um importante papel no âmbito dos movimentos sociais, Fernandes & Molina cometam que é

por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades. (FERNANDES; MOLINA, p. 9, 2004).

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, surge em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel no Paraná, encontro que marcou a fundação e organização de um movimento de trabalhadores rurais em alcance nacional.

A ocupação da fazenda Annoni, em 1980 representa o inicio da luta do MST, localizada em Sarandi no Rio Grande do Sul, a fazenda Annoni compunha-se de 9.500 hectares, sendo que seus donos estavam em litígio judicial com o governo que pretendia desapropria-la para assentar famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica do Passo Real.

Ainda no inicio da década de 80 famílias que não haviam conseguido assentamento em lutas anteriores resolveram acampar em um local chamado Encruzilhada Natalino no entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e passo Fundo. Em menos de um ano reuniu-se ali mais de 600 famílias ao longo de quase 2 quilômetros a beira da estrada, essa mobilização contou com o apoio de diversos setores da sociedade como as Igrejas Luterana e Católica, o que fez deste fato se tornar um dos maiores marcos na historia do MST.

Esta história está pautada nas lutas camponesas que ocorreram de forma isolada no sul do Brasil entre 1979 e 1981, período em que o país passava por grandes episódios, como a luta pela abertura política, o término da ditadura e mobilizações operárias nas cidades.

O movimento tem sua base na luta pela reforma agrária, pela distribuição de terras e por uma sociedade mais justa.

Em 1985 aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra onde as discussões apontaram que a reforma agrária só ocorreria se houvesse luta e ocupação, então a palavra motivadora era “Ocupação é a única solução”, a partir de então, iniciaram-se as ocupações pelo Brasil.

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam a acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. Os sem-terra não se defendem, mas tomam a iniciativa, ocupando áreas, e, sobretudo, organizando acampamentos. Criam situações de fato, obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, INCRA, políticos. A não ser nas ocupações os sem-terra não são hostilizados diretamente pelos grandes proprietários. A pressão destes é feita, sobretudo, através de suas organizações (GRZYBOWISK, 1987, p.24).

No segundo congresso, em Brasília, em 1990, o movimento tinha alguns objetivos que foram fortalecer união entre operários e outros trabalhadores, informar sobre reforma agrária, problematizar o seu plano de ações, reivindicar e expor a necessidade da reforma agrária.

A partir destes e de outros congressos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se difundiu por todo o país tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil.

Desde o início o MST vem criando símbolos que representem a sua luta, como por exemplo, a cruz da Encruzilhada Natalina que simbolizava a fé cristã, nela estava incorporada esperança, dor, ânimo político, bem como os panos brancos sobre ela estendidos representando as crianças mortas nos confrontos, ainda as escorras que a sustentavam representavam o apoio oferecido ao movimento. A mística que constitui o Movimento, portanto, está fortemente marcada pela bandeira e pelo hino. Segundo as palavras de um integrante do Movimento, resume a ideia de mística.

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Essa energia que nos anima a seguir em frente é o que chamamos de ‘mistério’ ou de ‘mística’. Sempre que algo se move em

direção a um ser humano para torná-lo mais humano, aí esta se manifestando a mística. (MORISSAWA, 2001, p. 209)

Ainda segundo Gohn (2007, p. 115) “a mística é descrita como o processo pelo qual se vivencia no presente um sentimento relativo às conquistas que haverão de ser construídas historicamente mediante o processo de luta”. Morissawa (2001, p. 211) destaca que “a coesão é uma condição básica na organização da luta, e o MST a vê como fundamental para evitar o isolamento principalmente das mulheres, dos jovens e das crianças”. A presença mulher é considerada essencial, pois ela é fundamental no desenvolvimento e seguimento das ações resultando na criação do Coletivo Nacional das Mulheres do MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra está presente em aproximadamente 24 estados brasileiros, mas não basta ter a terra, é preciso ter o que produzir nela, os assentados continuam buscando melhores condições para viver, saneamento, energia e também acesso a cultura e lazer. O MST luta por políticas que garantam a todos em especial a população mais pobre investimentos que venham a eliminar a miséria, as desigualdades sociais, buscando atender as necessidades básicas da população.

Neste sentido o Movimento traz com prioridade aos aspectos relativos a educação, pois cedo percebeu-se que a conquista da terra não era o bastante, era necessário uma ferramenta que instrumentalizasse os integrantes do Movimento para que dessem continuidade a luta, desta forma a educação tornou-se fundamental. Nas palavras de um militante, ressalta Morissawa (2001), “foi como a descoberta de uma mina de ouro”, que exigiria muito trabalho para cavar “uma pedagogia a ser criada, milhares de analfabetos a serem alfabetizados, um numero de crianças sem fim pedindo para conhecer as letras, ler o mundo [...]” (MORISSAWA, 2001, p. 239).

Pode-se perceber desta forma o compromisso do Movimento com a erradicação do analfabetismo e também para com a formação político-profissional dos seus integrantes.

O surgimento do Setor de Educação do MST deu-se no acampamento da Fazenda Annoni, onde uma equipe de professores formou-se espontaneamente no intuito de educar as crianças do acampamento (MORISSAWA, 2001).

A partir de então os setores responsáveis pela educação no MST tem almejado a capacitação dos seus professores para atender as particularidades da demanda verificada nos assentamentos e acampamentos, bem como tem buscado o apoio de entidades e pessoas que comunguem os princípios educacionais do Movimento, sendo guiada por concepções educacionais que visam a transformação social, educação de classe, educação para o trabalho,

bem como em um processo permanente de formação das varias dimensões da pessoa humana (MORISSAWA, 2001).

Então o MST busca garantir o “direito a educação básica e construção de uma escola, uma pedagogia e de metodologias e práticas educativas adequadas à realidade da vida rural e dos assentamentos” (MORISSAWA, 2001).

Concordando desta forma com o previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB. Na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, onde no Art. 2º do Parecer do Plano Nacional da Educação que indica que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões a qualidade social da vida coletiva no país.

Educação do Campo: Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Estando então em acordo tanto as propostas almejadas pelo MST para a educação quanto às instituídas pelas Diretrizes Operacionais em consonância com as referidas Leis do Plano Nacional de Educação cabe então ressaltar alguns dos pontos relevantes nesta proposta para que se possa perceber que essas propostas caracterizam-se já como um avanço para a educação do campo, visto que historicamente a educação do campo não de passava de uma adaptação da educação oferecida no meio urbano.

Neste sentido as Diretrizes Operacionais garantem a universalização do acesso da população a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico (Art. 3º). Também para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável (Art. 4º). Contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (Art. 5º).

O projeto institucional das escolas do campo deve garantir a gestão democrática, construindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (Art. 10). Consolidando a autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos (Art. 11), promovendo o aperfeiçoamento dos docentes (Art.12).

Garantindo a melhoria das condições de vida e fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (Art. 13).

Levando em consideração as especificidades do campo tanto referente a estrutura física quanto a as características singulares da população do campo (Art. 15).

Estudo de caso: Escola Estadual Oziel Alves Pereira

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira esta localizada no Assentamento Renascer no município de Canguçu, atuando desde 2001.

De acordo com o relato da atual diretora, inicialmente a escola tinha outra denominação e fazia parte da rede municipal de ensino de Canguçu. Subordinada a política vigente naquela época, a escola estipulava regras que limitavam a prática pedagógica do Movimento, pois não podia ser entoado o hino do MST e os alunos eram proibidos de entrar em sala de aula com vestimentas que fizessem alusão ao movimento. Indignados com a forma como eram tratados pela gestão pública municipal, os pais reuniram e solicitaram que a prefeitura retirasse a instituição escolar do assentamento e a partir de então se deu início a implantação da Escola Estadual Oziel Alves Pereira.

Ao falar sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar, a professora expressa grande emoção ao lembrar-se de alunos que percorriam aproximadamente sete quilômetros a pé por entre os lotes recém-distribuídos e sem infraestrutura de estradas ou transporte. Hoje a realidade é outra, pois, todos os alunos desta escola são beneficiados pelo transporte escolar.

Quanto à infraestrutura física, a Escola adaptou-se a antiga sede da fazenda desapropriada, e em 2002 foram construídas outras salas de aula e banheiros. A diretora coloca que o espaço para biblioteca ainda não é o suficiente, mas foram feitas adaptações para que os alunos tenham acesso às obras e a um espaço apropriado para as práticas de pesquisa e leitura. Relata ainda que dispõe de cinco computadores sem acesso a internet. “Tenho apenas um modem para acessar a internet, mas eu pago com recurso próprio é a forma que tenho para me comunicar. O estado enviou há poucos dias um modem, mas não funciona, já levei para o concerto, mas ainda não tive resposta” (DIRETORA DA ESCOLA).

Conforme a diretora são muitas as dificuldades que permeiam o cotidiano da escola, pois como atende menos de 100 alunos o estado não disponibiliza secretário e vice-diretor, o que acarreta o acúmulo de atividades a diretora, como organização dos boletins, controle financeiro, substituição de professores, entre outros. “Sou formada em Matemática, mas já substitui professor de português e ciências.” (Diretora da Escola).

Ainda em relação às dificuldades a diretora destacou que o mais difícil é trabalhar e adequar-se as frequentes trocas no quadro de professores, o que segundo ela esta relacionado a distância entre o assentamento e a sede do município, as limitadas opções de transporte e principalmente a dificuldade dos profissionais em se adaptar-se a escola do campo.

É muito complicado, os professores não têm relação nenhuma com o campo e nem conhecimento sobre o movimento, acabam ficando aqui até não conseguir algo melhor, é isso que mais ouço quando eles chegam. Para vocês terem uma ideia a disciplina de técnicas agrícolas esta sob minha responsabilidade foi um pedido dos professores, pois eu tenho uma ligação maior com a terra e com o assentamento, então eles acham que tenho mais condições para dar estas aulas (Diretora Escola).

As informações coletadas apontam que o corpo docente desta escola é formado por oito professores, onde além da diretora apenas duas professoras possuem relação direta com o movimento, uma é formada em pedagogia em uma Instituição do MST e a professora de Geografia é casada com um dos assentados.

Outro aspecto importante frisado pela diretora é quanto às dificuldades enfrentadas para atender a turma multisseriada que agrega segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental. “É muito complicado para a professora atender duas turmas ao mesmo tempo, pois ainda tem também dois alunos portadores de necessidades especiais e ela precisa dar conta de tudo. Já coloquei estas questões para a 5^a coordenadoria, mas ainda não deram retorno.” (Diretora da escola).

Cabe também ressaltar que durante a entrevista dialogamos sobre a proposta do Ensino de Nove Anos. A diretora relata que participou de alguns encontros para discutir a proposta, mas que ainda não está claro o que e como muda na prática. “Estamos com muitas dúvidas e precisamos estudar mais para compreender o que está sendo proposto.”

Ao ser questionada sobre a participação dos pais na escola, a diretora coloca que são bem atuantes e que sempre que solicitados atendem à escola, auxiliam nas festas, na manutenção do pátio e da horta. “É muito difícil ter problemas mais sérios que precise da presença dos pais, quase não tenho problema com indisciplina e nem com evasão e os alunos quase nunca falta aula, às vezes o tempo ta ruim chovendo, mas eles vêm para a escola.”

Quanto às políticas públicas para a educação do campo, a diretora demonstrou não estar interada sobre as diretrizes operacionais para a educação do campo e relatou não ter conhecimento sobre o PRONERA. Segundo ela seria de extrema importância.

Nessa primeira visita à escola buscou-se dialogar com a diretora sobre as suas dificuldades, para tanto conversamos sobre as maiores dificuldades/problemas enfrentados pela comunidade escolar Oziel Alves Pereira. Dessa forma, colocou que,

precisamos encontrar um caminho para que estes alunos fiquem no campo, penso o quê vou fazer, o que pode ser feito, incentivar a produção, nosso clima é complicado tem a seca que acaba com tudo. Hoje o que tá acontecendo é que os pais de família estão indo trabalhar como safrista nas lavouras de maçã e uva lá na Serra.

Continuando a entrevista

Demorei em entender a opção destes pais, mas como vou lá dizer que não esta certo, eu tenho meu salário fixo mensal, fica muito fácil, e eles precisam de dinheiro para pagar a luz, comprar o que não se produz aqui. O que temos procurado é incentivar que as mulheres que ficam em casa cuidando dos filhos, cultivem o que for possível. Temos vários projetos na escola que incentivam os alunos a ajudar as famílias como o cuidado com a horta e sobre o lixo, entre outros.

Prosseguindo

Agora estamos desenvolvendo o projeto mandioca, depois de uma pesquisa feita os alunos observaram que a mandioca era produzida em grande quantidade pelas famílias do assentamento. Diante disso foram feitos estudos e pesquisa sobre as possibilidades do uso da mandioca, montamos um livro de receitas e também se descobriu, que a mandioca é um ótimo alimento para o gado, rico em nutrientes.

Finalizando

Estamos buscando desenvolver um equipamento para secar a farinha de mandioca, é o projeto que vamos apresentar na feira de ciência e tecnologia do município. Tem uma senhora aqui no assentamento que faz a farinha de mandioca, mas secada no sol e isso faz com que perca os nutrientes, então a ideia é buscar um equipamento que não prejudique a qualidade desta farinha. Acho que o caminho é por aí, mas é complicado os jovens não querem ficar aqui, não tem incentivo, pensam que na cidade é melhor, tento convencê-los do contrário, mas não é fácil.(diretora da escola).

Considerações preliminares

A partir de uma breve análise frente aos processos inseridos no contexto das lutas da escola do campo, bem como nos problemas historicamente enfrentados no Brasil, para que se efetive a reforma agrária, percebe-se que nos últimos anos houve avanços, principalmente, no que tange as políticas que visam contemplar as carências verificadas no campo.

No entanto, ainda, persiste um grande abismo entre o que as políticas públicas apontam e o que se encontra na realidade das escolas rurais brasileiras, especialmente, naquelas atreladas ao MST e as lutas agrárias, como é o caso da Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira.

Nessa escola percebe-se que algumas das dificuldades apontadas pela diretora como a de acesso a internet, biblioteca inadequada, falta de relação dos professores com a história

do movimento e com a terra, entre outros, contribuem para esta distância entre o que se pretende para a educação do campo, e o que está posto na realidade e no cotidiano da escola.

Para se pensar em uma educação que possibilite manter a identidade dos integrantes com Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e desta forma assumirem a sua identidade enquanto sujeito engajado na luta pela terra parece ser importante que a escola mantenha em sua prática pedagógica o resgate histórico da legitimidade do Movimento e a mística. Nesse sentido, continuando os ideais que motivaram o inicio do MST. E que para isso seja possível, é necessário que as políticas públicas, sejam materializadas na prática e na realidade das escolas do campo.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R, 1996: **A Juventude e a Agricultura familiar: uma pesquisa de avaliação.** Paper não publicado do projeto UTF/BRA/036.
- CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.
- _____.**Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo, Vozes, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano: MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de.**Contribuições Para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.**Brasília, DF:Articulação nacional para uma educação do campo.Coleção Por Uma Educação do Campo nº 5,2004
- GOHN, Maria da Glória. (org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: Antigos e Novos Atores Sociais.** 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GUANZIROLI, Carlos E. **Reforma Agrária e Globalização da Economia: O Caso de Brasil.** 1998. Universidade Federal Fluminense.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).
- MORISSAWA, Mitsue: **A História da Luta pela Terra e o MST -** São Paulo: Expressão popular, 2001.256p. il.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: HUCITEC, 1998.

STÉDILE, João Pedro (coordenador). *A Questão Agrária Hoje.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.